

Veto a Sarney tem motivo político, acusa senador

Rubem de Azevedo Lima

O indeferimento, pelo TSE, do registro da candidatura do ex-presidente José Sarney, ao Senado, pelo Amapá, está sendo interpretado por senadores que lhe são ligados como ato destinado a impedir a formação de um novo bloco antiovercionista naquela casa do Congresso.

Segundo afirmou um destes senadores, Sarney, ao eleger-se, exerceria grande liderança política no Senado. Hoje, consideradas as chances eleitorais de outros candidatos à senatoria e tendo em vista os dois terços de senadores que continuarão naquela casa, a partir de 1º de fevereiro de 1991, Sarney aglutinaria, a sua volta, pelo menos 12 dos futuros 81 integrantes do Senado.

A exceção do PMDB, que deverá continuar majoritário no Senado, a bancada sarneyzista seria, ali, idêntica à do PFL e à do PSDB.

Os amigos do ex-presidente estão convencidos, porém, de que Sarney será vitorioso no Supremo Tribunal Federal, ao recorrer da decisão contrária, por quatro votos a três, no TSE, ao registro de sua candidatura.

Os políticos ligados ao ex-presidente evitam citar nomes ou analisar os votos que barraram o registro eleitoral de Sarney, naquela corte, mas reconhecem que, no Supremo, apesar das dificuldades, a situação deve ser diferente.

Contra

No TSE, votaram contra Sarney os ministros Sidney Sanches e Luis Gallotti, ambos do Supremo, que poderão, ou não, manter nessa corte os votos anteriores. A favor de Sarney votou o ex-deputado Célio Borja, também do Supremo.

Os votos no Supremo não se prendem — de acordo os políticos sarneyzistas — a motivos de ordem pessoal, embora, admitam todos, seja improvável que, no STF, Sarney possa vir a queixar-se da hostilidade dos ministros que ele próprio nomeou para aquela corte. Estão nesse caso os ministros Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello e o próprio Célio Borja.

Além desses e dos dois ministros que votaram contra Sarney no TSE (Sanches e Gallotti), fazem parte do Supremo os ministros Nery da Silveira, Aldir Passarinho, Moreira Alves, Carlos Velloso e Marco Aurélio de Mello (os dois primeiros nomeados pelo ex-presidente Figueiredo; o terceiro pelo ex-



Do plenário do STF que julgará Sarney, participam quatro ministros nomeados pelo ex-presidente

presidente Geisel e os dois últimos pelo presidente Collor).

Os políticos ligados a Sarney reconhecem que a decisão no Supremo, apesar dos aspectos jurídicos da questão, deverá também ser adotada sob a influência de fatores políticos. Juridicamente, as razões que determinaram o indeferimento do registro no TSE — a falta de um suplente na chapa de Sarney (como exige a Constituição) — são irrelevantes e menores, comportando saneamento em qualquer fase do processo de uma disputa democrática. Do ponto de vista político, por outro lado, o indeferimento da candidatura Sarney poderia parecer discriminação inaceitável, tanto mais — alegam os amigos do ex-presidente — que, noutros casos, o TSE concedeu registros em flagrante desobediência ao que consta da Constituição.

Barreiras

Mas, para o recurso dos advogados

de Sarney chegar ao Supremo, ele terá de superar barreiras existentes no TSE. Em princípio, o recurso precisará mostrar ter havido infringência de dispositivo constitucional, por parte do Tribunal Eleitoral. Nesse caso, se o TSE aceitar as razões de Sarney, o processo subirá automaticamente ao STF. Se não aceitar, os advogados do ex-presidente poderão recorrer ao Supremo dessa nova derrota.

Há quem pensa, no grupo sarneyzista, que, no Supremo, os procuradores de Sarney poderão invocar o princípio da suspeição, contra os três ministros dessa corte que votaram no TSE. Nesse caso, embora perdendo o voto provavelmente idêntico de Célio Borja, a pedido de registro poderá neutralizar as manifestações contrárias de Sanches e de Gallotti. Pelo regimento do Supremo, contudo, tais ministros não estão impedidos de tornar a votar e mesmo — no caso de sur-

gimento de novos argumentos ou razões — mudar de voto, no STF.

Enfim, dadas as dimensões políticas desse processo e suas prováveis repercussões sobre o quadro institucional brasileiro, os amigos de Sarney estão confiantes na obtenção do registro da candidatura do ex-presidente, visto que esse resultado — de certa forma — contribuiria para afastar qualquer dúvida quanto aos rumores de interferência do presidente Collor no julgamento da matéria.

Como a eleição de Sarney é considerada certa, se ele obtiver o registro que deseja, os políticos que lhe são ligados acreditam que sua liderança, no Senado, poderá lhe valer, em 1993, a presidência dessa casa legislativa, ou seja, a direção dos trabalhos de revisão constitucional, por maioria absoluta, caso essa tarefa não seja antecipada para 1992, como quer o deputado Ulisses Guimarães.